

Promotor aciona Justiça

Paola Lima

Da equipe do **Correio**

O Governo do Distrito Federal e os professores da rede pública se encontram hoje para discutir uma possível solução que encerre a greve da categoria. Parados há 16 dias, os professores terão a primeira oportunidade de negociar com o governo, desde que decidiram suspender as atividades nas escolas públicas. O encontro será no antigo IDR, às 15h. Em discussão, um dos itens mais importantes da pauta de reivindicação do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF): a reformulação do plano de carreira.

A Secretaria de Educação condicionou a reestruturação ao limite do custo adicional em R\$ 70 milhões por ano. Nos cálculos do Sinpro, o aumento será de mais de R\$ 500 milhões ao ano. "Para nós, é impossível pagar, não temos de onde tirar esse recurso", afirmou o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira.

A secretaria de Educação, Euri-des Brito, pediu à secretaria de Gestão Administrativa, Maria Cécília Landim, que encontre um meio-termo que atenda à catego-

RECURSOS

**R\$ 500
MILHÕES**

ao ano é o aumento previsto para reformular o plano de carreira, no cálculo do Sinpro.

**R\$ 70
MILHÕES**

é o valor que o GDF diz que pode pagar

ria. As reuniões sobre o assunto começam ainda esta semana.

Se o governo acena com a negociação da carreira, em relação ao reajuste de quase 90% pedido pelo sindicato, está irredutível. Valdivino explicou que o único aumento possível aos professores são os 10% previstos no projeto de lei enviado pelo Executivo à Câmara Legislativa.

"Além do repasse a mais que conseguimos da União, podemos gastar aproximadamente R\$ 80 milhões. É o necessário para cobrir o reajuste proposto pelo governo. Mais não temos", disse Valdivino. A proposta foi rejeitada pelos professores. Eles pediram aos deputados que votassem contra o projeto. Na sessão de ontem da Câmara, os distritais de oposição pressionaram os colegas para que o projeto não ser apreciado.

Enquanto não há acordo, os professores continuam parados. A partir das 8h30 de hoje, eles farão uma assembléia geral, em frente ao Teatro Nacional. Depois, participarão de um ato público organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), na Esplanada dos Ministérios.

O Ministério Público também irá agir. O promotor distrital dos Direitos do Cidadão, Antônio Ezequiel Neto, entrega hoje na Justiça do Trabalho cópia das ações apresentadas no Tribunal de Justiça contra a greve, com as respectivas respostas dos juízes e desembargadores que as julgaram. O promotor pede que a greve seja considerada abusiva.